Tecnologia Educacional

Revista da Associação Brasileira de Teleducação Ano VI Nº 16 Cr$ 15,00

Responsabilidade Social da Comunicação

EDITORIAL

Em entrevista recente, o Ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira, declarou que vai ser enviada ao Congresso, ainda neste primeiro semestre, a Lei Básica de Telecomunicações. O anúncio sucedeu-se a uma série de críticas quanto à origem e à qualidade da programação da tevê comercial, aliás, levantadas pelo próprio Quandt de Oliveira, ao discursar perante empresários de radiodifusão, reunidos em Belo Horizonte. Na ocasião, quando presidia a solenidade de abertura do Encontro de Radiodifusão do Centro-Oeste e do IV Congresso de Radiodifusão Mineira, ele afirmou que "o Brasil está pagando milhões de dólares, a cada ano, para liquidar a nossa juventude".

De fato, o Brasil figura em nono lugar na extensa lista de importadores mundiais de filmes e seriados norte-americanos. Esta posição destacada, por si apenas, já é suficiente para que se pense em tornar mais efetiva, nesta área, a nossa legislação protecionista. Afinal de contas, atravessamos uma fase de acentuada escassez de divisas, e a nossa indústria cinematográfica está longe de atingir o limite de suas potencialidades de crescimento. Não há, assim, por que acrescentar alguns milhões de dólares anualmente ao já significativo *deficit* comercial brasileiro. Além disso, quando se considera a qualidade lastimável do material importado que preenche mais da metade de nossa programação de tevê, então, fica bem claro que nenhum prejuizo nos traria uma política restritiva para este setor.

Apesar de estes fatos serem amplamente sabidos, tarda a adoção de medidas corretivas. Não é a primeira vez que se divulga a remessa da nova legislação ao Congresso. E talvez não seja a última. É preciso vencer pressões nem um pouco desprezíveis. Para as emissoras de tevê, em termos de custo, é mais econômica a compra do que a produção de programas. O Estado, contudo, não se pode eximir de considerar o custo social de cada política alternativa. No caso, estamos gastando dólares preciosos de nossas minguadas reservas, para desenvolver a indústria dos outros e empregar a mão-de-obra dos outros, enquanto absorvemos uma produção estranha a nossa realidade e a nossas necessidades, quando não perniciosa à formação de nosso povo. O lucro da empresa comercial, então, não pode ser a única (nem a principal) variável a se considerar, quando se opta por uma determinada política de comunicação. A comunicação de massa envolve uma responsabilidade social que não pode ser negligenciada.

Neste número de *Tecnologia Educacional*, reunimos um conjunto de matérias que tratam de aspectos relacionados com essa responsabilidade social da comunicação. Este é um tema básico. Precisa ser tratado, previamente, por todos os que de alguma maneira estão ligados à utilização dos meios de comunicação de massa. O sentido que se dá a esta responsabilidade social é que vai fornecer a filosofia capaz de validar ou invalidar cada uma das experiências e políticas específicas implementadas na área de comunicação. No artigo "Comunicação: Dependência ou Desenvolvimento?", Marco Antônio Rodrigues Dias, mostra quem exerce o controle da comunicação nos países subdesenvolvidos, ao mesmo tempo que descreve com objetividade o jogo de pressões que se arma sempre que se tentam desmontar essas relações de controle. Em uma outra matéria — "Conseqüências Político-Sociais da Tevê Educativa" — Carlos A. Hasenbalg analisa implicações políticas que o administrador público deve conhecer ao optar pelo emprego de tecnologias educacionais. Finalmente, em "Tecnologia da Informação, Suas Potencialidades Sociais", traduzido do periódico *Science*, Edwin Parker e Donald A. Dunn abordam a instalação de uma rede de cabodifusão a partir de aspectos de custos e de individualização da informação.

Conselho Editorial
José Maria Cabral Marques
Presidente
Erika A. W. Coester Kramer
Hélio Ítalo Serafino
João Batista de Araújo e Oliveira
José Luitgard Moura de Figueiredo
José Maria Nogueira Ramos
Lúcia Maria Gluck Camargo
Luiz Navarro de Britto
Marco Antônio Rodrigues Dias
Maria Sulamita Schnaider Giffoni
Nelly de Camargo
Ruth Teixeira Vieira
Samuel Pfromm Neto

Diretor
José Manuel de Macedo Costa

Editor-Responsável
Angela Ribeiro Mazzi

Editor
Paulo César Farah

Redator
Reynaldo Roels Júnior

Programador Visual
Anita Slade
Elayne Fernandes

Desenhos
Hernandes Fernandes

Órgão da Associação Brasileira de Teleducação (ABT). Registro DCPF 815 P 209/73. Redação, Publicidade e Correspondência: Av. Erasmo Braga, 255 grupo 401, Centro, Rio de Janeiro (RJ) 20000.
Assinaturas na sede ou nas seções estaduais da ABT.
Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. Ano VI, n.º 16. Edição correspondente ao 2.º trimestre de 77.
Planejamento, Impressão e Distribuição: Secretaria-Executiva da ABT.

ÍNDICE

4 Conseqüências Político-Sociais da Tevê Educativa nos Países Subdesenvolvidos

9 Entrevista
Simon Schwartzman e Elizabeth Müller

14 Comunicação: Dependência ou Desenvolvimento?

24 Encontros
III Encontro de Secretários do Nordeste

26 Tecnologia da Informação:
Suas Potencialidades Sociais

34 Tecnologias Alternativas em Educação

39 Notícias

42 Educação Compensatória

48 ABT
Seminários Técnicos

49 Livros
As Recomendações de Tóquio

ENTREVISTA
Por Paulo César Farah

Simon Schwartzman

Ainda há pouco tempo, o próprio Ministro das Comunicações criticou duramente as estações comerciais de tevê, por causa do tipo de programa que veiculam. Esta crítica, partindo de uma autoridade governamental, desencadeia uma proveitosa discussão em torno do uso que se faz da televisão, sobretudo quando está para ser encaminhada ao Congresso uma nova Lei Básica de Telecomunicações.

Com o objetivo de acrescentar algumas visões a esse debate, *Tecnologia Educacional* procurou dois especialistas não propriamente da área de comunicação, mas a ela ligados pelos contatos interdisciplinares que a ciência permite. Simon Schwartzman é sociólogo e professor do mestrado em Sociologia do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ); Elizabeth Müller é psicóloga clínica e professora universitária nos cursos de Psicologia da Universidade Gama Filho e Santa Úrsula, no Rio de Janeiro.

TE — Como poderíamos ver as recentes preocupações das autoridades brasileiras em relação à violência divulgada pela tevê?

SS — Este é um problema sério. De fato, a tevê veicula uma carga muito grande de violência, e é razoável que as autoridades se preocupem com isso. A questão, no entanto, é saber o que fazer, pois não é mais uma proibição que vai resolver o problema. O problema deve ser resolvido proporcionando-se à televisão uma forma alternativa de trabalho.

TE — Se existe em potencial esta forma alternativa de trabalho, por que a televisão brasileira não a encontrou ainda por sua própria conta?

SS — A violência tem garantia de IBOPE. As grandes populações estão atraídas por ela. Assim como jornais do tipo *O Dia* e *A Notícia* são os mais vendidos nas grandes cidades, esses programas violentos, importados ou gerados aqui, têm um apelo muito grande para o grande público. É por isso que o esquema comercial vai buscar este tipo de filme. Tentar eliminar a violência sem enfrentar o fato de que a televisão está organizada em bases comerciais, nas quais o fator audiência é que determina o que vai ser exibido, é meio utópico.

TE — O Governo deveria intervir na programação das televisões para corrigir esta distorção?

SS — Eu não sei se intervir na programação da televisão é a atitude mais correta. Não vejo muito sentido em se pensar que o Governo teria capacidade para programar ou dizer que programas devem ser feitos. Se a televisão está organizada em bases comerciais, normalmente, ela vai atender às preferências que detectar no público, e isso pode ser Chacrinha, Sílvio Santos, Kojak e outras coisas não muito edificantes do ponto de vista cultural. A questão fundamental, realmente, é dar à televisão uma forma distinta. Essa forma distinta de organização existe em vários outros países onde a televisão desempenha um papel cultural mais relevante. À exceção dos Estados Unidos, isso é feito fora do esquema comercial, mas mesmo nos Estados Unidos existe todo um esquema de televisão voltado para a cultura.

TE — Pelo exemplo norte-americano, então, a reformulação de objetivos da televisão pode ser feita mantendo-se a concessão de canais a particulares?

SS — Para se ter uma atividade qualitativamente superior na área de televisão, é necessário, essencialmente, que se tenha grupos técnico-profissionais competentes, que possam produzir bons programas. Uma das formas de se conseguir isso é organizar uma televisão comercial sólida e forte. O esquema Globo, sem dúvida, hoje em dia, é um esquema profissionalmente

competente na produção de programas de linha comercial. Se se quiser criar outros tipos de linha de trabalho, tem-se que fortalecer outros grupos igualmente competentes e fortes que possam produzir um trabalho de boa qualidade.

TE — Quais seriam esses grupos?

SS — Esses grupos podem ser, por exemplo, formados por departamentos de comunicação ou de teleducação de universidades, ou especialistas ligados a instituições culturais, mas pode-se também dar à comunidade de cinema os instrumentos necessários para que ela atue na área de televisão. Pode-se criar uma alternativa à televisão comercial, mas é possível também haver uma televisão comercial que veicule programas de boa qualidade cultural. Isso pode ser feito combinando incentivos e liberdade de expressão.

TE — Como conciliar a necessidade de veicular programas de interesse cultural, que teriam possivelmente um IBOPE mais baixo, com a necessidade de a televisão captar propaganda para se sustentar?

SS — IBOPE é um número abstrato. A televisão não deveria estar preocupada simplesmente em saber quantas pessoas assistem ao programa, mas também quantas pessoas de cada nível social formam o seu público. Pode-se supor que um esquema comercial mais sofisticado queira vender um produto a um público específico. A própria sofisticação do esquema comercial poderia levar, eventualmente, a uma diversificação de programas para uma diversidade de públicos.

TE — O que seriam programas culturais ou de boa qualidade?

SS — Essa idéia de "cultura" tem que ser olhada com bastante cuidado. Cultura não é simplesmente música clássica ou teatro clássico. Seria cultural, por exemplo, permitir que uma escola de samba de bairro se utilizasse da televisão como forma de se organizar e se comunicar com o pessoal de sua área. Poderíamos pensar em vários tipos de atividades — desde atividades recreativas, cursivas e mais diretamente educacionais —, mas que tivessem uma idéia clara de que a televisão tem público bastante próximo a ela e de que precisa haver uma ligação mais concreta entre este público e a televisão.

TE — Se uma televisão não-comercial não tem compromisso com a taxa de audiência, como impedir que se perca esta vinculação entre a tevê e seu público?

SS — Uma das dificuldades da tevê não-comercial é exatamente a de que ela pode chegar a uma absoluta indiferença em relação ao público. Aí a qualidade cai, ela se burocratiza, vira uma coisa absolutamente insossa e desinteressante. A televisão comercial, como depende do público, tem mecanismos efetivos de aferição de audiência. Por isso, ela é muito mais ágil para detectar os resultados do que está fazendo. Se a audiência não for satisfatória, ela pode recorrer à propaganda para garantir a audiência a um programa e, se não der certo, pode até mudar o programa; mas isto não chega a ser uma diferença importante. O problema sério da tevê não-comercial é o fato de que, se ela não tiver vínculos bem estabelecidos com a comunidade, se não responder a um processo de ligação muito direta com os grupos sociais que estão interessados na televisão, ela pode-se transformar numa coisa absolutamente burocrática, inútil e de má qualidade. Então, ela perde na competição, ou acaba querendo imitar a televisão comercial e fracassa nos seus objetivos. Por isso mesmo, talvez, o mais adequado para uma televisão não-comercial seria pensar em temas de interesse muito mais locais, muito mais comunitários, muito mais ligados a sistemas de tipo educacional. Realmente, a possibilidade de que a tevê não-comercial faça uma cultura artificial, elitista, da cabeça de algumas pessoas, ou simplesmente se burocratize, é muito alta.

TE — Como o Governo poderia intervir para ajudar a criação e fortalecimento deste esquema não-comercial de televisão?

SS — O fundamental é a criação de grupos competentes, que possam produzir coisas na área de comunicação televisual e não estejam simplesmente motivados por vender produtos, mas por expressar certas criações culturais, expressar os valores de certos grupos, fazendo com que a comunicação reflita de certa maneira o trabalho criativo que esteja sendo realizado em diversos setores da sociedade. Isto não tem que ser, necessariamente, por meio de uma rede de televisão à parte; pode ser feito, por exemplo, até com um pedaço do horário da televisão comercial. Esse problema de ter ou não ter um canal próprio é relativamente menos importante.

TE — E a intervenção da censura pode ser positiva?

SS — Sou bastante cético quanto aos resultados de cortar, censurar ou coibir. Ainda que eu reconheça que a televisão tem excessos realmente execráveis, toda idéia de censura me parece repugnante.

TE — O Governo anda preocupado, também, com a evasão de divisas para importação de "enlatados" para a televisão. A perspectiva do Governo, inclusive, parece que é limitar a 30% a programação de televisão pro-

duzida no exterior. Como poderia ser visto este tipo de política protecionista?

SS — Esta política poderia ser muito salutar, se estivesse ligada a uma outra política de incentivo à produção de filmes que não sejam motivados simplesmente por interesses comerciais. Esse problema de divisas tem alguma seriedade, mas nós não podemos em nome dele favorecer o surgimento da pornochanchada como uma alternativa brasileira à violência americana. Se a restrição à importação dos "enlatados" de má qualidade for feita em benefício do fortalecimento de grupos de produção local que não estejam enquadrados no esquema estritamente comercial, eu acho a medida importante. Mas se a coisa for simplesmente substituir "enlatado" americano por pornochanchada brasileira, eu talvez prefira o "enlatado" americano.

TE — Recentemente, o Ministro das Comunicações criticou também o fato de que os noticiários da tevê são parciais e não-formativos, mas parece que os canais de televisão se sentem tolhidos por uma censura política a esse noticiário. Como se poderia compatibilizar essas duas coisas?

SS — É uma coisa contraditória. Não se vai ter um bom noticiário, se não houver condições de informar sem censura. Realmente, é impossível ter um noticiário com as características boas desejadas e, ao mesmo tempo, subordinado e domesticado pela censura.

TE — Na área de cinema, muitos produtores têm alegado que a censura é benevolente com a pornochanchada e demasiadamente severa com filmes que procurem refletir aspectos da realidade brasileira considerados inconvenientes. A política de censura seria, então, conflitante com a política de produção de bons filmes nacionais?

SS — Qualquer política de censura prejudica qualquer política de incentivo à criação. Repito que, nessa área de cinema e televisão, como em outras áreas, o importante é criar grupos de pessoas que sejam profissionalmente competentes, que possam ser criativas, que possam desenvolver suas habilidades, que possam estabelecer um contato mais definido com a comunidade. Isso só pode ser feito estimulando esses grupos, dando-lhes liberdade, dando-lhes condições de trabalho, dando-lhes elementos para funcionamento. Não há uma forma de se estabelecer uma política de incentivo às áreas de comunicação e de arte, sem se fazer este esforço; mas este esforço, por sua vez, tem como conseqüência a criação de coisas que a gente não esperava encontrar antes. Não se pode planejar isso de antemão, não se pode predefinir que tipo de resultados serão produzidos. O jeito é aceitar que uma sociedade pluralista e aberta é desejável, porque sem uma sociedade pluralista e aberta não há criatividade.

TE — Que fatores determinam a formação de uma personalidade criativa?

EM — Antes de mais nada, precisamos depurar o conceito de criatividade. Esta é uma noção difundidíssima em todos os ambientes de cultura, sobretudo de educação. As faculdades de Pedagogia enaltecem a criatividade, mas a colocam como algo vazio de conteúdo. "Temos de ser criativos!" — é a única afirmação generalizada. Eu sinto que as pessoas não estão percebendo que criar é transformar, e transformar é sempre transformar numa direção determinada, em função de algum interesse específico. Mostrar que a criatividade tem uma direção, que há um interesse que determina o seu caminho e, portanto, o seu produto final, essa parte não é geralmente esclarecida.

TE — Neste sentido, seria correto afirmar que a televisão não é criativa?

EM — Eu não concordo com os que dizem que a televisão não é criativa. Ela é altamente criativa, porém o que ela isoladamente não dá é a possibilidade de se articular uma outra forma de criação em cima do material fornecido. A televisão traz um processo de criação pronto e, porque ela é unidirecional, fornece ao espectador o processo de criação que ela determina como sendo o melhor ou mais adequado. Ficam automaticamente abolidas todas as outras formas de criatividade.

TE — E o fato de a televisão não transmitir uma criatividade "neutra" impede que ela atue como agente educativo?

EM — Não; não é isso. O que é preciso evitar é a hipertrofia do meio. As televisões educativas, por exemplo, pretendem fazer um trabalho de educação através da tevê. E muitas, de fato, o fazem. Porém, a televisão busca isso, dando quase uma linha de produção completa, desde a matéria-prima até o produto-final. É uma imposição de sua própria natureza limitada, como meio que não comporta o diálogo. A televisão não pode oferecer alternativas, ou melhor, mesmo quando as oferece, são alternativas *fornecidas*. É nesse sentido que nada vem do telespectador. Fica faltando uma parte, que é justamente a elaboração do telespectador em cima da informação veiculada. Esta, a televisão, por si mesma, jamais poderá suprir.

TE — E um monitor, poderia?

EM — Um monitor que atue junto a um grupo que assista aos programas educativos em regime de recepção organizada talvez possa atender a essa carência do meio. Aí vai depender da postura que esse monitor assuma, porque ele pode continuar sendo apenas um

prolongamento da televisão. É preciso acrescentar ainda que é só na prática de transformação que os espectadores vão exercer sobre a realidade que as informações serão elaboradas e desdobradas em termos de combinações alternativas. Ora, essa prática, nem a tevê, nem o monitor, nem coisa nenhuma vai substituir; essa prática quem tem que fazer são eles mesmos. Então, o fundamental é que o monitor funcione como um facilitador da aplicação da informação recebida pela tevê a uma realidade de vida das pessoas que a receberam. Essa capacidade vai depender da formação dos monitores, não só da formação individual de cada um, mas da política de formação de monitores empreendida pelo sistema. Também é importante notar que os interesses prioritários do sistema podem ser a simples impregnação de informação ou o incentivo de uma capacidade efetiva de, a partir daquelas informações, criar ao nível da prática de trabalho, de vida, etc. Se o sistema tiver feito a segunda opção, então, é preciso estar preparado até mesmo para acolher alternativas contraditórias àquelas que as informações estão divulgando.

TE — A própria população que se pretende atingir por meio de programas educacionais e culturais, então, tem muito mais condições de criatividade do que normalmente se supõe?

EM — Há pouco tempo, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo organizou um simpósio sobre cultura do povo. Nos debates então realizados, emergiram alguns pensamentos interessantes, como a afirmação de que "em que pese a existência de uma cultura dominante, não existe consciência dominada, e, portanto, a cultura do povo não deixou de resistir". E temos um bom exemplo disso. Agora, quando o INPS e outras instituições estatais tentam novamente levar a cabo um programa de saúde mental, constata-se a exacerbação de um movimento eminentemente popular, como a macumba. Então, pequenos movimentos paralelos e isolados, se considerados em seu conjunto, podem representar um movimento muito grande, que funciona como uma resistência e recusa inconsciente a um programa que, embora se dizendo voltado para o bem-estar das populações, é criado a partir da ótica de uma elite dirigente.

TE — Uma elite intelectual não poderia captar as reais necessidades da população?

EM — Nós observamos, por exemplo, que o discurso teórico tem uma grande dificuldade em acolher dentro de suas normas uma fala e uma escrita popular. Essa fala e essa escrita são vistas pelo discurso teórico, que é o discurso cultural dominante, como falhas sintaticamente, como portadoras de *carência cultural*. Olha bem que termo se utiliza para definir os fatos que acontecem no discurso da cultura popular e não fazem parte das normas do discurso que a inteligência preconizou para ser o discurso popular! Então, existem os teóricos que resolvem estudar a cultura popular e sistematizam o que ela seria. Quando esses teóricos vão verificar suas teorias na prática da vida popular, eles encontram situações que são quebras dessa estrutura tão bem montada. Eles, então, chamam essas rupturas de *carência cultural*.

TE — As autoridades deveriam, então, abster-se de fazer qualquer intervenção nos processos culturais?

EM — O que eu acho é que a prática da elite é própria e específica da elite. Por isso, ela não tem condição de criar um projeto cultural que abranja toda a população. É a conseqüência das próprias discrepâncias e diferenças que existem na sociedade. O que é que a elite faz? Ela centraliza os esforços ao nível de uma tecnocracia que vai tentar fazer uma homogeneização, custe o que custar. É aí que se deve ter cuidado para que a utilização dos meios de comunicação de massa, como a televisão, não se torne instrumento da homogeneização de pensar. Não há por que acreditar que a teorização só possa estar nas mãos da inteligência, mas na verdade só é geralmente considerado científico aquilo que a inteligência produz. O que a prática cotidiana da população produz é tido como senso comum. O próprio discurso teórico, que fala do conhecimento científico e do conhecimento de senso comum, é discriminatório. Do mesmo modo, a discriminação entre trabalho teórico e trabalho manual desvaloriza o processo de criação de saber que as populações têm de fato. E, se se admite que este saber popular existe, não é difícil perceber que uma política de homogeneização cultural poderia estar a serviço da perpetuação da estrutura de poder.

TE — Uma política de regionalização da tevê poderia ser favorável à preservação de diferenças culturais importantes?

EM — Observe-se que os programas produzidos pelas emissoras locais de televisão não têm condições de competir com os produzidos, por exemplo, pela Rede Globo. Acontecem, então, distorções como o fato de não se ter no Nordeste um telejornal sobre o próprio Nordeste que possa competir com a programação de telejornalismo da Globo, inclusive por falta de recursos materiais. É preciso, então, que haja mais interesse em se fazer essas diversificações e discriminações (discriminação, agora, no bom sentido). Cada região precisa produzir aquilo que é importante para os seus próprios interesses, porque estes muitas vezes não estão contando, uma vez que há supostos interesses superiores que exercem um papel homogeneizador. Então, o habitante de São Luís ou de Teresina acaba não recebendo informação sobre a realidade do Piauí ou do Maranhão,

mas é impregnado de um universo de significações que muitas vezes não tem nada a ver com os problemas específicos da realidade que ele vive. Assim, a homogeneização pode ser vista até como uma tentativa efetiva de manter padrões tradicionais de relações inter-regionais de poder.

TE — De que forma a violência dos programas transmitidos pela tevê pode estar influindo na formação da personalidade?

EM — O problema da violência é um negócio engraçado. Não há quem não ache que a violência difundida pelos enlatados de tevê não é perniciosa. Isso é voz corrente. Desde a dona de casa do Cachambi até o Ministro das Comunicações condenam esses programas. Mas há um aspecto que não foi captado em nenhuma das discussões que têm surgido em torno deste assunto. A crítica aos enlatados é uma crítica meramente moralista: "Vamos tirar a violência da tevê, porque ela é ruim." O problema real, no entanto, está no fato de que os maiores consumidores de televisão, que são crianças na faixa de dois a 15 anos, em fase de formação de personalidade, recebem apenas esses enlatados como informação do que seja violência. Violência, para eles, então, passam a ser apenas os tiros, os assassinatos, os seqüestros, os roubos, etc., ocultando-se uma violência muito mais discreta, porém muito mais constante, que é a cotidiana. Estas pessoas, então, aceitam esta última violência como não-violenta e passam a admitir que a violência é só a dos enlatados. Nesse ponto, essa é uma crítica meramente moralista.

TE — Por que esses filmes encontram tanto público?

EM — Os enlatados violentos têm, sem dúvida uma funcionalidade catártica. Eles impedem que se gere violência, inclusive, porque poucas vezes na vida um telespectador vai-se encontrar numa situação kojakiana de violência, mas ele vai-se defrontar cotidianamente com situações de violência que não lhe estão sendo dadas como tal. Então, num certo sentido, cria-se uma impotência generalizada. Dá-se um universo mítico do que seja violência, mas é um universo mítico, com o qual muito poucas vezes se vai estar em contato na realidade. Ali, no entanto, se faz a catarse de uma violência cotidiana e real. As pessoas se esvaziam da violência que sofrem cotidianamente.

TE — A televisão prejudica a escola?

EM — Eu não acho que a televisão prejudique a escola. Aliás, na maior parte das situações, aqui no Brasil, a tevê e a escola estão fazendo a mesma coisa. Na maioria das escolas também se derrama uma quantidade incrível de informação, mas não se está preocupado com a maneira como essa informação vai ser elaborada, colocada em prática e transformada na prática por aqueles alunos. O que se dá é um saber pronto, acabado, que, inclusive, não tem nada a ver com a prática de vida dos alunos, nem com as necessidades profissionais que eles terão ao longo de suas vidas. Essa informação, portanto, jamais será transformada, a não ser que a "ciência", que paira aí por cima da cabeça de todo o mundo, se encha de algumas teorias e resolva produzir outras novas.